

CORREIO PAULISTANO

Douglas Ferreira | REDE CÂMARA SP



O presidente da CPI destacou insatisfação por ausências

CPI da HIS na Câmara aprova 18 requerimentos para sessão

Nesta terça-feira (28), vereadores da CPI HIS, que apura possíveis irregularidades nas habitações de interesse social na capital paulista, aprovaram 18 requerimentos. Entre os documentos, estão pedidos de informação direcionados a representantes de empreendimentos que, embora classificados como HIS, podem estar comercializando unidades em desacordo com as regras da política habitacional, que prevê critérios de renda e destinação específica para essas moradias. A reunião de hoje também previa a oitiva de Leonardo Lemos Leal Zaina, representante da Zaina Lofts 7, e de Gustavo Zero Delmonte, representante da Easy Rent. Ambos foram intimados, mas não compareceram à Comissão de Inquérito.

Remanejamento de recursos

A Comissão Extraordinária do Idoso da Câmara realizou a primeira reunião do ano nesta terça (28). Os vereadores aprovaram um pedido do presidente da Comissão, Senival Moura (PT) que convida os secretários municipais de Planejamento e Eficiência e de Esportes e Lazer esclarecerem o corte de recursos de uma ação para idosos, no valor de R\$ 1 milhão, que foi remanejado para outras demandas, como a reforma do Autódromo de Interlagos.

Divulgação/Câmara de SP



Comissão convida figuras das forças de segurança

Comissão de Segurança Pública

Nesta terça-feira (28), a Comissão Extraordinária de Segurança Pública da Câmara de SP promoveu a primeira reunião após a instalação do colegiado. Foram avaliados e aprovados quatro requerimentos. Os documentos convidam figuras públicas das forças de segurança municipal a participarem de reuniões com o objetivo de contribuir com os trabalhos dos parlamentares. Um dos documentos que recebeu aval do colegiado convida um representante do Smart Sampa, sistema de monitoramento da Prefeitura que usa o reconhecimento facial.

Presidente do PSTU condenado

A Justiça Federal em São Paulo condenou José Maria de Almeida, presidente do PSTU, a dois anos de prisão em regime aberto por racismo. A decisão se baseia em discurso feito em ato na Avenida Paulista, em 2023, no qual defendeu ações contra Israel e o fim do Estado judeu. O caso teve origem em denúncia de entidades judaicas e foi analisado pelo Ministério Público Federal.

Câmara na Rua 1

O CEU (Centro Educacional Unificado) Rei Pelé, no Jardim Santa Maria, região de Itaquera, zona leste da capital, recebeu a segunda edição do Câmara na Rua neste ano de 2026. A comunidade da região apresentou várias demandas, principalmente, demandas para a população da terceira idade na região.

Câmara na Rua 2

Os trabalhos foram conduzidos pela vereadora Dra. Sandra Tadeu (PL), que relembrou o principal objetivo do projeto: "Isso é muito importante, você tem a oportunidade, ao vivo, de conversar com as autoridades presentes sobre as suas reivindicações". Rafael Limonta, subprefeito de Itaquera, esteve presente.

Poluição sonora 1

Na última segunda-feira (27), a Câmara de São Paulo abriu a Casa para a 4ª Conferência Municipal sobre Despoluição Sonora. O evento reuniu especialistas das áreas ambientais e representantes da sociedade civil. O encontro discutiu soluções para minimizar o excesso de ruído sonoro gerado na capital paulista.

Poluição sonora 2

Saúde, tecnologia e políticas públicas foram os temas destacados pelos palestrantes. Também entrou na pauta do debate o Projeto de Lei que cria a Política Municipal de Despoluição Urbana da Cidade de São Paulo. A matéria é assinada por Eliseu Gabriel (PSB), Renata Falzoni (PSB), Marina Bragante (REDE), Gabriel Abreu (PODE) e outros.

Debate 6x1

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara de SP promoveu uma Audiência Pública para discutir a "Vida Além do Trabalho: Os impactos diretos e indiretos da escala 6x1 no orçamento do município de São Paulo". O debate foi proposto no requerimento apresentado pela vereadora Keit Lima (PSOL).

Debate 6x1

De acordo com a parlamentar, a jornada de trabalho 6x1 reflete em questões sociais e na saúde mental dos trabalhadores. O Movimento Vida Além do Trabalho também defende o fim da escala 6x1 para melhorar a qualidade de vida das pessoas e que a população precisa pressionar os políticos pela aprovação.



A administração municipal confirmou a autorização

Prefeitura impõe sigilo a gravação em creche

Autorização de documentário em escola gera

Da Redação

A Prefeitura de São Paulo determinou sigilo sobre o processo que autorizou a gravação de um documentário em uma escola municipal de educação infantil na região central da capital paulista. A permissão foi concedida à produtora Brasil Paralelo para filmagens na Escola Municipal de Educação Infantil - Emei Patrícia Galvão, no bairro da Consolação, onde foram captadas imagens usadas na produção intitulada "Pedagogia do Abandono", que critica o modelo de creches no país.

A administração municipal confirmou a autorização, mas informou que diretores, professores e famílias não foram previamente detalhados sobre o conteúdo do projeto. Segundo a gestão, pedidos de uso de espaços públicos para filmagens são mantidos sob restrição de acesso com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), sob a justificativa de resguardar informações dos solicitantes.

LGPD - Proteção de dados pessoais

Especialistas apontam controvérsia na medida. A LGPD trata da proteção de dados pessoais de indivíduos e não se sobrepõe à Lei de Acesso à Informação (LAI), que estabelece a transparência como regra na administração pública do país.

Avalia-se que, em casos com dados sensíveis, o adequado seria liberar documentos com eventuais anonimizações, e não impor um sigilo integral.

Imagens de crianças

Também foram levantadas dúvidas sobre a eventual captação de imagens de crianças sem consentimento formal dos responsáveis, o que pode contrariar tanto a LGPD quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A direção da escola afirmou ter sido informada de que não haveria registro de alunos, porém materiais de divulgação indicam a presença de crianças, ainda que com identificação ocultada.

Bancada feminista

Vereadoras da Bancada Feminista do PSOL acionaram o Ministério Público do Estado de São Paulo pedindo a suspensão da autorização e a interrupção do uso das imagens, além de solicitar esclarecimentos sobre o sigilo do processo. Trechos de divulgação do documentário "Pedagogia do Abandono" mostram, por exemplo, que a produção critica a matrícula obrigatória de crianças a partir dos quatro anos de idade no ensino. Até o momento, não houve posicionamento da prefeitura sobre o assunto.

Com informações da Folha de S. Paulo